



**Tribunal de Contas do Estado
de Mato Grosso**

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2005

“Aprova a 3ª edição do Manual de Orientação para remessa de documentos ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e dá outras providências”.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO,
no uso de suas atribuições legais, tendo em vista os artigos 4º e 9º da Lei Complementar nº 11/91, e conforme o disposto no inciso XXXIII do artigo 24 e no artigo 105 do Regimento Interno deste Tribunal, e,

Considerando a competência do Tribunal prevista na Constituição do Estado, em seu artigo 47;

Considerando o que dispôs o “Projeto de Modernização”, financiado com recursos oriundos do “Programa de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros - PNAFE”;

Considerando o que dispõe o “Programa de Modernização do Controle Externo - PROMOEX - financiado com recursos do BID;

Considerando a necessidade de fortalecer o cumprimento da missão institucional do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

Considerando o papel orientativo e pedagógico desta Corte e a necessidade de padronizar as normas e entendimentos deste Tribunal;

Considerando a necessidade de se consolidar as várias normas processuais validadas após proposições do Comitê Técnico, integrado pelos titulares das Secretarias de Controle Externo das Relatorias que compõem a nova estrutura administrativa do TCE/MT;

Considerando, ainda, a necessidade de atualização constante do referido Manual, para fins de padronização;

RESOLVE:



**Tribunal de Contas do Estado
de Mato Grosso**

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

Art. 1º Aprovar a 3ª edição do Manual de Orientação para Remessa de Documentos ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, que consta como Anexo I desta Instrução Normativa, divulgado na Internet, no endereço www.tce.mt.gov.br.

Art. 2º O Tribunal de Contas manterá, em meio eletrônico, cadastro contendo a qualificação civil completa de todos os responsáveis, delegatários e delegados, que estejam obrigados, na forma da lei, a prestar contas sobre dinheiro, bens e valores públicos.

§ 1º O cadastro conterá os seguintes dados: nome, indicação do cargo, função ou emprego público, nº de CPF, RG, data inicial dessa responsabilidade e endereço residencial completo (rua, nº, bairro, CEP e cidade).

§ 2º O cadastro será atualizado até 31 de janeiro de cada ano, pelo jurisdicionado, sob pena da não-emissão de Certidão Negativa de Débito e o disposto no artigo 4º, Parágrafo Único, desta Instrução Normativa.

§ 3º As informações declaradas, para fins de cadastro, que não correspondam à verdade implicarão na responsabilidade criminal daqueles que lhe deram causa.

Art. 3º Determinar aos órgãos e entidades jurisdicionados que, ao encaminhar documentos ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, por força de determinação legal ou regimental, façam constar todos os relatórios e documentos exigidos no referido Manual de Orientação.

§ 1º O ofício de encaminhamento dos documentos conterá a indicação precisa do assunto a que se refere, inclusive com a indicação do número do processo original, caso esse já tiver sido protocolizado, anteriormente, no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.



**Tribunal de Contas do Estado
de Mato Grosso**

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

§ 2º Na impossibilidade de remessa de algum relatório ou documento exigido, constará declaração com exposição das justificativas emitidas pelos ordenadores de despesas, ressaltando que essas justificativas não devem ter caráter meramente protelatório.

§ 3º Os relatórios e documentos serão dispostos na ordem alinhada nos itens “Documentação” do Manual de Orientação e terão suas folhas sequencialmente numeradas e rubricadas pelo órgão ou entidade remetente, no canto inferior direito da página.

§ 4º Será identificada a folha em que se localiza cada documento exigido no Manual de Orientação mediante “sumário”, assinado pelo ordenador de despesas.

§ 5º Os relatórios conterão assinatura identificada do ordenador de despesas, bem como do contador, nos de natureza contábil, e dos demais responsáveis pelas unidades correspondentes.

§ 6º O encaminhamento de documentos deverá ser precedido pelo cadastramento dos jurisdicionados, no Sistema Control-P - Triagem, sendo atribuída codificação única a cada interessado.

§ 7º Em todos os ofícios de encaminhamento, será informado o número de identificação do jurisdicionado, gerado pelo sistema mencionado no parágrafo anterior, sob pena de aplicação do disposto no artigo 4º, Parágrafo Único, desta Instrução Normativa.

§ 8º Somente será dispensada a apresentação dos dados pessoais dos responsáveis pela utilização dos recursos públicos, nos ofícios de encaminhamento, se essa informação constar no cadastro citado no artigo anterior, caso contrário, aplicar-se-á o disposto no artigo 4º, Parágrafo Único, desta Instrução Normativa, cumulado com as conseqüências cabíveis, conforme o caso.



**Tribunal de Contas do Estado
de Mato Grosso**

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

§ 9º Será elaborado um ofício de encaminhamento para cada assunto protocolizado nesta Casa, com atenção às disposições anteriores;

§ 10º As regras estabelecidas para os Regimes Próprios Previdenciários, desprovidos de personalidade jurídica, aplicam-se para os assuntos originados a partir da competência 2006.

Art. 4º A conferência prévia do cumprimento das exigências desta Instrução Normativa e do Manual de Orientação, pela Divisão de Protocolo, é condição necessária para o protocolo dos documentos no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Parágrafo Único. Fica autorizada a recusa do protocolo dos documentos encaminhados com inobservância às determinações desta Instrução Normativa e do Manual de Orientação.

Art. 5º Os pedidos de paralisação, devolução à origem e juntada de documentos em processos de aposentadoria, reforma e pensão terão como procedência o órgão de origem.

Art. 6º As propostas para alteração do Manual de Orientação para Remessa de Documentos ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, sob a coordenação da Consultoria Técnica, serão discutidas pelo Comitê Técnico, apresentadas à Presidência do Tribunal de Contas e submetidas à apreciação do Tribunal Pleno.

Art. 7º O Tribunal responsabilizar-se-á pela disponibilização, em seu “site”, das alterações posteriores ocorridas na presente Instrução Normativa, citando a fonte correspondente.

Art. 8º O não-cumprimento dos termos desta Instrução Normativa importará nas sanções previstas em lei.



**Tribunal de Contas do Estado
de Mato Grosso**

TC
Fls. _____
Rub. _____

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

Art. 9º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. Os assuntos originados no exercício de 2005 e anteriores, exceto as contas anuais, poderão ser encaminhados de acordo com as regras estabelecidas na Instrução Normativa nº 04/2004.

Publique-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 30 de novembro de 2005.

Conselheiro UBIRATAN SPINELLI - presidente

Conselheiro ARY LEITE DE CAMPOS

Conselheiro BRANCO DE BARROS

Conselheiro ANTONIO JOAQUIM

Conselheiro JOSÉ CARLOS NOVELLI - vice-presidente

Conselheiro VALTER ALBANO - corregedor-geral

Conselheiro JÚLIO CAMPOS

Fui presente

Procurador de Justiça dr. MAURO DELFINO CESAR